

A extensão universitária: história, conceito e propostas

The university extension: history, concept and proposals

João Antônio de Paula

Pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento da UFMG.

RESUMO

O presente texto busca analisar o desenvolvimento da extensão a partir de uma perspectiva histórica e também conceitual. Ao apresentar o surgimento da extensão em diferentes países, buscou-se destacar as principais vertentes e os modelos de desenvolvimento adotados pelas universidades no Brasil e no exterior. Nesse esforço, foram delineadas propostas que conferem à extensão um importante papel na promoção da interação e da troca de saberes entre a comunidade universitária e a sociedade, tornando-a um instrumento indispensável à plena realização da universidade como instrumento emancipatório.

Palavras-chave: extensão universitária, histórico, universidade, ensino universitário, pesquisa.

ABSTRACT

This paper analyzes the development of the extension from a historical perspective as well as conceptual. In presenting the emergence of the extension in different countries, we attempted to highlight the main aspects and the development models adopted by universities in Brazil and abroad. In this effort, were outlined proposals which give the extension an important role in promoting interaction and exchange of knowledge between the university community and society, making it an indispensable tool to the full accomplishment of the university as an emancipatory tool.

Keywords: academic extension, history, university, university teaching, research.

O surgimento da extensão

Das três dimensões constitutivas da universidade, a extensão foi a última a surgir, seja por isso, seja por sua natureza intrinsecamente interdisciplinar, seja pelo fato de se realizar, em grande medida, além das salas de aulas e dos laboratórios, seja pelo fato de estar voltada para o atendimento

de demandas por conhecimento e informação de um público amplo, difuso e heterogêneo, por tudo isso, talvez, as atividades de extensão não têm sido adequadamente compreendidas e assimiladas pelas universidades.

De fato, as dificuldades conceituais e práticas da justa compreensão e implementação da extensão universitária decorrem, em grande parte, do fato de a extensão se colocar questões complexas, seja por suas implicações político-sociais, seja por exigir postura intelectual aberta à inter e à transdisciplinaridade, que valorize o diálogo e a alteridade. Para dizer de forma simples, a extensão universitária é o que permanente e sistematicamente convoca a universidade para o aprofundamento de seu papel como instituição comprometida com a transformação social, que aproxima a produção e a transmissão de conhecimento de seus efetivos destinatários, cuidando de corrigir, nesse processo, as interdições e bloqueios, que fazem com que seja assimétrica e desigual a apropriação social do conhecimento, das ciências, das tecnologias.

De todo modo, a extensão universitária não é tão recente assim. Datam da segunda metade do século XIX, na Inglaterra, as pioneiras manifestações da extensão universitária. Diz Evando Mirra:

A Universidade de Cambridge, em 1871, foi provavelmente a primeira a criar um programa formal de “cursos de extensão” a ser levados por seus docentes a diferentes regiões e segmentos da sociedade. Começando por Nottingham – a terra de Robin Hood -, Derby e Leicester, seus cursos de Literatura, Ciências Físicas e Economia Política logo angariaram vasta clientela e, em pouco tempo, atingiam todos os recantos do país. Quase ao mesmo tempo outra vertente surgia em Oxford, com atividades concebidas como uma espécie de movimento social voltado para os bolsões de pobreza. As primeiras ações tiveram lugar em Londres e logo se expandiram para regiões de concentração operária. Os trabalhadores das minas de Northumberland, por exemplo, contrataram em 1883 uma série de cursos de história. O século de Péricles foi apresentado no centro manufatureiro de Sheffield, a tragédia grega foi oferecida aos mineiros de carvão de Newcastle e aula de Astronomia aos operários de Hampshire. (MIRRA, 2009, p. 77)

Da Inglaterra, a extensão transitou para a Bélgica, daí para a Alemanha e em breve por todo o continente europeu, chegando aos Estados Unidos, que criou a American Society for the Extension of University Teaching, que impulsionou as atividades de extensão, pioneiramente, na Universidade de

Chicago, em 1892, culminando na experiência desenvolvida pela Universidade de Wisconsin, em 1903, que colocou “seus professores como technical experts do governo do estado”. Muito bem sucedida, a iniciativa conferiu prestígio e visibilidade nacional ao que seria chamado de “Wisconsin Idea”, levando o próprio presidente americano, Theodore Roosevelt, a sinalizar para o país aquele exemplo.

[...] As ações desencadeadas nesse quadro foram decisivas para a modernização da tecnologia agrícola americana, surgindo dessa forma um modelo de interação com a comunidade que implicava a universidade na questão do desenvolvimento. O efeito ampliou-se mais ainda pela diversificação do programa extensionista, com a educação continuada e expansão das atividades extramuros. A partir daí a extensão universitária estava consagrada. (MIRRA, 2009, p. 78).

Com efeito, a extensão universitária é coetânea e produto de um momento particularmente crítico da história do capitalismo em que a efetiva imposição do modo de produção especificamente capitalista, em meados do século XIX, após a consolidação da Revolução Industrial, exacerbou contradições, que se expressaram em revoluções de 1848-49, na Comuna de Paris, de 1871, que, em última instância, significaram a entrada em cena de segmentos sociais, historicamente marginalizados, centrados nas classes trabalhadoras submetidas ao capital, que denunciavam o conjunto da ordem social capitalista, invocando o socialismo.

É nesse contexto, como resposta apaziguadora desses conflitos, que surgiram diversas propostas e organizações, que buscaram atender às reivindicações sociais dos trabalhadores do ponto de vista da preservação dos interesses do capital. É esse o pano de fundo do surgimento do movimento “socialista cristão”, na Alemanha, liderado por Johann Döllinger (1799-1890) e por Wilhelm Emmanuel Von Ketteler (1811-1877), bispo de Mainz, que publicou, em 1864, “A Questão Operária e o Cristianismo”, no qual

[...] expunha propostas avançadas para o melhoramento da situação da classe operária e defendia a intervenção da Igreja Católica para estabelecer sociedades cooperativas cristãs independentes do Estado, que deviam ser financiadas com capital dos devotos. (COLE, vol. II, 1958, p. 240).

Houve também uma versão protestante do cristianismo social,

[...] ainda mais reacionária em política e muito mais brutalmente antissemita que o movimento católico rival. Seu chefe, o pastor Adolf Stöcker (1835-1909), fundou seu Partido Operário Cristão-Social, em 1878, seus partidários procediam principalmente da pequena classe média da Prússia. Seu partido era monarquista e fortemente antiliberal: na realidade era um mero apêndice da corte prussiana.” (COLE, vol. II, 1958, p. 241)

Outra corrente a ser considerada nesse contexto é a dos “socialistas do Estado”, ou “socialistas de cátedra”, que reuniu os economistas Gustav Schmoller, Adolf Held, Lujo Brentano, Christian Engel, Adolf Wagner e outros, que fundaram, em 1873, a Sociedade para a Política Social, que contribuiu para reforçar as críticas ao capitalismo do *laissez-faire* ao mesmo tempo em que deu uma ajuda poderosa à política de Bismarck de implantação do seguro social obrigatório, como também à política protecionista adotada por ele em 1880 (COLE, vol. II, 1958).

Com Bismarck, teve início um conjunto de políticas “sociais”, que estão na base da constituição do que se chamou Estado do Bem-estar Social, que se generalizou pela Europa no final do século XIX e início do século XX, e que teve decisivo papel na estabilização da dominação capitalista nos países centrais e cuja definição é: o “Estado de Bem-estar é o resultado institucional da adoção por parte da sociedade da responsabilidade legal, e, portanto, formal e explícita, do bem-estar básico de todos os seus membros.” (GIRVETZ, vol. 1, 1969, p. 767).

É também esse o contexto do surgimento da doutrina social da Igreja Católica, expressa na Encíclica *Rerum Novarum*, de 1891, do papa Leão XIII, que Pio XI, em 1931, na Encíclica *Quadragesimo Anno*, diz que

[...] ultrapassou audaciosamente os limites impostos pelo liberalismo e ensinou, sem vacilação, que o poder civil não pode reduzir-se a ser mero guardião do direito e da ordem, senão que deve trabalhar, com todo empenho, para que, conforme a natureza e a instituição do Estado, floresçam, por meio das leis e das instituições, tanto a prosperidade da comunidade, como a dos particulares (BENEYTO PEREZ, 1948, pp. 440-441).

Emblemático dessas correntes, que reconhecendo a resistência de contradições sociais decorrentes da dominação capitalista, buscaram a conciliação, é a Sociedade Fabiana, fundada em 1883, por Sidney Webb

(1859-1947), Beatrice Webb (1858-1943), George B. Shaw (1856-1950), H. G. Wells (1866-1946), que definiu, na obra “A Democracia Industrial”, de Sidney e Beatrice Webb, de 1897, o seguinte programa:

O estabelecimento de um mínimo nacional de instrução, de higiene, de férias e salários... sua rigorosa implantação em benefício do mundo assalariado, em todos os ramos industriais, tanto nos mais fracos, quanto nos mais fortes. (WEBB, apud TOUCHARD, 1972, p. 573).

Exemplo conspícuo da difusão dessas ideias é a London School of Economics: “Fundada pelos fabianos Sidney e Beatrice Webb, dedicada exclusivamente às ciências políticas e sociais, dirigida pelo futuro idealizador do sistema de segurança social britânica, William Beveridge.” (HOBBSAWM, 2002, p. 135).

É nesse contexto, em que o Estado e outras instituições responsáveis pela manutenção da ordem social despertaram para a necessidade de oferecer políticas capazes de atender/neutralizar reivindicações operário-populares, que também as universidades se voltaram, de fato, para a questão social, inicialmente, e, depois, para um amplo conjunto de campos e interesses, que vão da educação de jovens e adultos às políticas públicas de saúde e tecnologias à prestação de serviços, da produção cultural ao monitoramento, avaliação de políticas públicas, entre muitas outras atividades.

Em seus primórdios, a extensão universitária assumiu duas vertentes básicas: a primeira, tendo se originado na Inglaterra, difundiu-se pelo continente europeu e expressou o engajamento da universidade num movimento mais geral, que envolveu diversas instituições (o Estado, a Igreja, Partidos), que buscaram, cada qual à sua maneira, oferecer contrapontos às consequências mais nefastas do capitalismo, num sentido que foi exemplarmente explicitado pelo líder político britânico Arthur Balfour, assim: “a legislação social, como a concebemos, não deve ser apenas diferenciada da legislação socialista, mas é seu opositor mais direto e seu antídoto mais eficaz” (BALFOUR *apud* MARSHALL, 1967, p. 40).

A segunda vertente da extensão é protagonizada pelos Estados Unidos e tem como objetivo básico a mobilização da universidade no enfrentamento de questões referentes à vida econômica no sentido da transferência de

tecnologia, da maior aproximação da universidade com o setor empresarial. Com efeito, as duas vertentes da extensão universitária consideradas até aqui estão ligadas a duas modalidades de desenvolvimento capitalista, a saber: ao modelo dominante em vários países europeus e que buscou legitimação e estabilidade mediante a implantação do Estado do Bem-estar Social; e ao modelo norte-americano de vocação rigorosamente liberal.

Nos dois casos, a extensão universitária deu-se nos quadros de países centrais, países que, cada qual à sua maneira, conseguiram realizar a distribuição primária da renda, significando tanto a distribuição da renda e da riqueza, quanto a distribuição da habilitação para a inserção qualificada dos indivíduos em processos produtivos cada vez mais tecnologicamente sofisticados (FURTADO, 1992).

O quadro latino-americano

Se tal foi o quadro no âmbito dos países do capitalismo central, a extensão universitária foi praticada a partir de outros parâmetros e motivações na América Latina. Com efeito, as questões sociais na região, durante o século XX, foram polarizadas por duas grandes revoluções, a mexicana, de 1910, e a cubana, de 1959, que vão estabelecer os contornos de uma variada gama de reivindicações e lutas sociais que, tendo se iniciado a partir da centralidade da luta pela terra, avançou para incorporar questões sociais mais amplas como estão sintetizadas na Constituição Mexicana de 1917, primeiro texto constitucional no mundo a, efetivamente, incorporar direitos sociais.

A Revolução Mexicana teve considerável impacto sobre o mundo da cultura, movimentos como o “muralismo” mexicano de Rivera, Orozco, Siqueiros, a literatura de Juan Rulfo, de Carlos Fuentes, de Octavio Paz, são, de algum modo, tributários dos influxos renovadores, das expectativas e das promessas de uma revolução fortemente apoiada nas massas populares.

Outro dado decisivo da história cultural latino-americana foi o movimento pela Reforma Universitária que, iniciado pelos estudantes de Córdoba, em 1918, se alastrou por todo o continente, e foi registrado no Congresso Internacional de Estudantes do México, em 1921, a partir de dois pontos básicos: “1) a intervenção dos alunos na administração da universidade e 2) o

funcionamento das cátedras livres e de cátedras oficiais, com iguais direitos, a cargo de professores com reconhecida capacidade nas matérias” (MARIÁTEGUI, 1981, p. 129).

Ao contrário do Brasil, que só viu serem criadas universidades no século XX, em vários países da América do Sul as universidades surgiram ainda no século XVI, como é o caso da universidade de Santo Domingo, que é de 1538; da universidade de São Marcos, no Peru, que é de 1551; da universidade Real e Pontifícia da Cidade do México, que é de 1553; a que se seguiram universidades na Guatemala, em Nova Granada; sendo que, no século XVII, foram criadas universidades em Córdoba, em La Plata, em Cuyo, em Santiago do Chile; sendo que havia três universidades em Quito já no século XVII (LAFAYE, 1999).

Essas instituições, quase sempre controladas por ordens religiosas, não ultrapassaram os limites de um ensino em tudo avesso à experimentação e à liberdade, ao mesmo tempo que segregadoras, elitistas, não atendendo às camadas populares da população.

Nesse sentido, a luta pela Reforma Universitária, que vai se dar, na América Latina, a partir de 1918, é parte de uma luta mais geral contra a permanência da dependência, contra a incompletude da construção nacional, expressa no absoluto distanciamento das universidades dos grandes problemas sociais, econômicos, políticos e culturais das nações latino-americanas.

Nascida do impulso vanguardista dos estudantes latino-americanos a luta pela Reforma Universitária ganhou contornos crescentemente radicais mediante a busca de efetiva articulação com o movimento operário de que dá conta a declaração de La Plata, que diz:

1) o problema educacional não é senão uma das faces do problema social, por isso não pode ser solucionado isoladamente; 2) a cultura de toda sociedade é a expressão ideológica dos interesses da classe dominante. A cultura da sociedade atual é, portanto, a expressão ideológica dos interesses da classe capitalista; 3) a última guerra imperialista (1914-1918), rompendo o equilíbrio da economia-burguesa, colocou em crise sua própria cultura; 4) esta crise só pode ser superada com o advento de uma cultura socialista. (MARIÁTEGUI, 1981, pp. 150-151).

Essa perspectiva seria efetivamente atualizada com a Revolução Cubana, que trouxe importantes referências para o conjunto da luta social do continente, impactando fortemente a luta cultural em suas variadas dimensões.

As conquistas da Revolução Mexicana, sabemos, foram desconstituídas ao longo do tempo, mantendo-se a realidade básica do subdesenvolvimento. Ao longo do século XX, a América Latina assistiu tentativas de retomar o avançado, do ponto de vista democrático e popular, da Revolução Mexicana, com a eclosão de várias revoluções na Bolívia, na Guatemala, em El Salvador, na Nicarágua, que também se frustraram. De outro lado, a América Latina também experimentou outros processos de transformação social, que chamados de populistas, como é o caso no Brasil, do período Vargas, e na Argentina, do período peronista, resultaram, mais fortemente na Argentina, em ampliação do acesso de segmentos populares a bens e serviços modernos.

Digno de registro também são as trajetórias do Peru e do Chile. No caso peruano, a experiência da Revolução Mexicana foi a inspiração básica do movimento em torno da Aliança Popular Revolucionária Americana (Apra). Fundada em 1923, constituiu um programa anti-imperialista e antilatifundiário, com base na unidade indo-americana, que teve considerável base de apoio popular, e do qual partiu José Carlos Mariátegui para a elaboração de seu marxismo crítico e inovador.

Em 1968, o Peru vai assistir à experiência de um regime militar com viés nacional e popular, comandado pelo general Alvarado, que buscou implementar a nacionalização das riquezas e recursos naturais, a reforma agrária, a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, na gestão das empresas.

No Chile, o governo da Unidade Popular, de Salvador Allende, entre 1970 e 1973, foi a culminância de uma consistente afirmação da luta socialista, desde a fundação do Partido Operário Socialista, em 1912, que em 1922 passou a se chamar Partido Comunista, a que vai se somar o Partido Socialista Chileno, fundado em 1933, e que tem na República Socialista do governo Marmaduke Grove, em 1932, uma pioneira e fugaz experiência.

A partir dos anos 1960, a luta de classes na América Latina vai se agudizar pelo exemplo e presença importante da Revolução Cubana. Em vários países, no Brasil inclusive, é tempo de mobilizações em torno de

reformas, que variaram num espectro que tinha, num polo, as reivindicações em torno da construção da nação e no outro polo a socialização dos meios de produção, isto é, do reformismo nacional-popular ao socialismo.

É como reação a essa ampla e heterogênea mobilização política de esquerda, que vai se colocar a série de golpes de estado que, a partir dos anos 1960, buscou deter a marcha da luta social no Brasil, na Argentina, no Uruguai, na Bolívia, no Chile, mediante a implantação de regimes ditatoriais, que lançaram mão de um variado arsenal repressivo, que foi combatido por uma expressiva onda de radicalização política por parte de variados grupos, em vários países da América Latina, que vão passar à luta armada, seja como instrumento de enfrentamento contra as ditaduras de direita, seja como instrumento de luta pelo socialismo a partir das experiências das revoluções chinesa e cubana.

É à luz desse quadro geral que a questão da extensão universitária deve ser pensada na América Latina, e no Brasil em particular. No caso brasileiro é essencial não perder de vista duas questões básicas, a saber: 1) a relativamente recente implantação da instituição universitária no país, que é dos anos 1930; 2) a inserção de nossa universidade no quadro político-institucional geral, que tem se modernizado seletiva e discricionariamente como reflexo da ausência de processos efetivos de distribuição da renda e da riqueza.

A extensão universitária no Brasil

Desde 1911, inicialmente em São Paulo, depois no Rio de Janeiro, Viçosa e Lavras, em Minas Gerais, que atividades de extensão têm se dado em instituições de ensino superior no Brasil, reproduzindo aqui as vertentes típicas da tradição europeia de extensão: “educação continuada e educação voltada para as classes populares; extensão voltada para a prestação de serviços na área rural” (NOGUEIRA, 2005, p. 16-17).

A extensão universitária, entre nós, está prevista desde a legislação de 1931 que, mediante o Decreto nº 19.851, de 11/4/1931, estabeleceu as bases do sistema universitário brasileiro. Contudo, não só no Brasil, o processo de institucionalização da extensão universitária continua incompleto, como se viu

no documento que convocava para o XI Congreso Iberoamericano de Extensión Universitaria, que ocorreu em Santa Fé, na Argentina, no ano 2011, que tem entre seus objetivos:

Institucionalización y reconocimiento académico de los diversos mecanismos y acciones con claro compromiso social que traduzcan su aporte efectivo en materia de inclusión y cohesión social tales como: programas y proyectos de extensión (sociales, culturales y productivos); programas de capacitación, formación laboral, actualización y perfeccionamiento; programas de vinculación tecnológica y de servicios; observatorios sociales y productivos territoriales; programas de formación dirigidos a la estudiantes, docentes y graduados; entre otros.¹

Essa efetiva incipiência institucional não impediu que a extensão universitária tivesse considerável papel na luta pela transformação social do Brasil no âmbito das lutas pelas reformas estruturais, que se deram nos anos 1950 até 1964.

É emblemática desse momento a centralidade da extensão universitária presente na Declaração de Bahia, resultante do 1º Seminário Nacional da Reforma Universitária, promovido pela UNE, em maio de 1960, em Salvador, que definiu três objetivos básicos:

1) a luta pela democratização do ensino, com o acesso de todos à educação, em todos os graus; 2) a abertura da universidade ao povo, mediante a criação de cursos acessíveis a todos: de alfabetização, de formação de líderes sindicais (nas Faculdades de Direito) e de mestres de obras (nas Faculdades de Engenharia), por exemplo; e 3) a condução dos universitários a uma atuação política em defesa dos interesses dos operários. (POERNER, 1968, p. 202).

Em 1962, entre 17 e 24 de março, em Curitiba, ocorreu o 2º Seminário Nacional de Reforma Universitária, que aprofundou os debates realizados em Salvador, cujas conclusões estão na chamada “Carta do Paraná”, que está dividida em três partes: Fundamentação Teórica da Reforma Universitária; A Análise Crítica da Universidade Brasileira; Síntese final: esquema tático de luta pela Reforma Universitária. A grande novidade do documento foi a inclusão da

¹ Convocatória para o XI Congreso Iberoamericano de Extensión Universitaria, 2011. Disponível em: <<http://www.unl.edu.ar/iberoextension/dvd/>>.

Reforma Universitária entre as Reformas de Base que estavam sendo propostas pelo governo João Goulart (POERNER, 1968).

A luta pela Reforma Universitária, tal como desenvolvida pela UNE, foi parte de uma progressiva aproximação das lutas estudantis e das lutas gerais pela transformação brasileira num movimento que incluiu tanto o que se chamou aliança operário-estudantil e aliança operário-camponesa, a mobilização dos estudantes nas campanhas de alfabetização de adultos, a partir do método desenvolvido pelo professor pernambucano Paulo Freire, quanto o engajamento nas campanhas sanitárias de erradicação de doenças típicas do mundo rural, conduzidas pelo Departamento Nacional de Endemias Rurais (Dneru), órgão do Ministério da Saúde.

Também nos núcleos urbanos a mobilização estudantil buscou aproximar-se das lutas sociais. Foi o que, exemplarmente, se deu com a criação do Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE, fundado em 1961 que, mediante a literatura, o teatro, a música e o cinema, sobretudo, buscou levar às favelas e às aglomerações populares o esclarecimento, a denúncia, o protesto, a propaganda de uma nova sociedade, que era possível ser construída.

A radicalização à esquerda do movimento estudantil e a radicalização da luta social no Brasil e na América Latina estão sintonizadas a eventos cruciais como são a Revolução Cubana, a instalação do Concílio Vaticano II e a divulgação das encíclicas *Mater et Magistra* de 1961, e *Pacem in Terris*, de 1963. Se a Revolução Cubana é a referência que fez emergir uma série de grupos e organizações, que vão questionar a linha básica de atuação do Partido Comunista e sua concepção, que impunha à revolução brasileira caráter exclusivamente nacional-burguês, a renovação teológica, trazida pelo papado de João XXIII, abriu caminho para uma decisiva afirmação de uma Igreja militante, que a colocava, finalmente, ao lado do povo em sua luta pela emancipação social.

Essas duas matrizes, a Revolução Cubana e a Igreja do Concílio Vaticano II, vão marcar, fortemente, a vida política e cultural do Brasil no início dos anos 1960, e mesmo o golpe de 1964 e seus desdobramentos repressivos não foram capazes de interditar, inteiramente, o ethos progressista que continuou soprando sobre nossa vida político-cultural até o recrudescimento repressivo do AI-5, de 13 de dezembro de 1968.

O que se quer dizer aqui é que os influxos reformistas e progressistas que vinham dos anos 1950, com a criação das Ligas Camponesas, em 1955; com as lutas pelas Reformas de Base; continuaram a influenciar nossa literatura, nosso teatro, nossa música popular, a Universidade, a cultura brasileira como um todo.

Com efeito, a partir dos anos 1950, manifestaram-se no Brasil diversos movimentos, instituições e correntes de opinião que expressaram tanto as mudanças econômicas, políticas e culturais do pós-guerra, quanto a descoberta do caráter estrutural do subdesenvolvimento. Nesse contexto, afirmaram-se duas vertentes básicas de enfrentamento do atraso e da miséria do país: a vertente reformista, sintetizada nas teses de instituições como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), órgão da ONU, fundado em 1948, encarregado de buscar um novo aparato teórico-conceitual e novas ferramentas políticas, que superassem os paradigmas liberais dominantes na teoria econômica produzida nos países centrais. Outra instituição típica desse período é o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), criado em 1955, e que foi instrumento importante na construção e difusão de um ideário nacional-desenvolvimentista decisivo na consolidação das bases de apoio do governo JK e da ideologia do desenvolvimentismo que, acrescido da proposta das reformas de base, marcaram a política brasileira até 1964.

Se Cepal e Iseb são as instituições típicas do nacional desenvolvimentismo brasileiro, entre os anos 1950/64, a vida política e ideológica brasileira também foi marcada por perspectivas anticapitalistas, socialistas, como é o caso das teses de Caio Prado Júnior, de Florestan Fernandes, que, apesar de diferenças tópicas, podem ser sintetizadas assim: o capitalismo dependente, periférico, subdesenvolvido que vigora no Brasil não será rompido senão pela superação do capitalismo.

Os anos 1950 no Brasil são de intensa mobilização política e social. Em 1953, houve a grande greve de São Paulo, expressão da mobilização operária, que não se via desde as primeiras décadas do século XX. Também dos anos 1950 é o surgimento das ligas camponesas, que vão dar centralidade à luta pela Reforma Agrária, a partir da mobilização do próprio campesinato brasileiro, sobretudo o nordestino. A campanha pelo petróleo, vitoriosa com a

criação da Petrobrás, em 1952, fez parte de um programa de lutas nacionalistas, que incluíam o controle da remessa de lucros e do capital estrangeiro, a independência da política externa brasileira, entre outros temas.

Entre as lutas importantes desse período, está a Campanha de Defesa da Escola Pública, que teve em Florestan Fernandes um dos seus líderes que, à guisa de críticas ao projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovado pela Câmara de Deputados, e que, afinal, foi sancionada pelo presidente João Goulart, em 1961, marcou, na verdade, uma veemente afirmação da defesa da escola pública como instrumento para o desenvolvimento econômico e progresso social (FERNANDES, 1966).

A Campanha de Defesa da Escola Pública é coetânea do grande movimento pela alfabetização que, centrado no Método Paulo Freire, se desdobrou em importante instrumento de conscientização e mobilização política e social, juntando várias instituições como governos municipais e estaduais, o governo federal, por meio do MEC, a Igreja Católica, por meio da CNBB, a UNE, por meio do CPC e a Universidade.

Foi na Universidade de Recife, através do Serviço de Extensão Universitária, dirigido por Paulo Freire, que se manifestou com clareza a efetiva integração da universidade, da extensão universitária, às grandes questões nacionais, ampliando o que já vinha sendo feito pelos estudantes com a luta pela Reforma Universitária. De fato, é com Paulo Freire que a universidade descobre e desenvolve instrumentos que a aproximam dos setores populares, tanto mediante a ação concreta de alfabetização, quanto mediante a elaboração de metodologias de interação entre o saber técnico-científico e as culturas populares, de que é exemplar manifestação o livro “Extensão ou Comunicação?”, de 1969, escrito no Chile, onde Paulo Freire discute as bases de uma comunicação efetiva entre o saber agrotécnico e os camponeses chilenos, em que certo conceito de extensão é criticado por suas implicações unilaterais e invasivas para dar lugar a uma prática, a uma cultura, necessariamente, dialogal, educativa e comunicacional, vale dizer:

Conhecer, na dimensão humana, que aqui nos interessa, qualquer que seja o nível em que se dê, não é o ato através do qual um sujeito, transformado em objeto, recebe dócil e passivamente, os conteúdos que outro lhe dá ou impõe. [...] O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do

sujeito em face do mundo. Requer uma ação transformadora sobre a realidade. Demonstra uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o “como” de seu conhecer e os condicionamentos a qual está submetido seu ato. [...] Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer. (FREIRE, 2010, p. 27).

É, talvez, como num paradoxo, que a extensão universitária constituiu suas mais significativas referências e práticas, a partir da denúncia de Paulo Freire do conceito de “extensão”, o que obrigou os que quiseram continuar a usar o termo a uma radical reconceitualização, que incorporou o essencial da perspectiva de Paulo Freire. O golpe militar em 1964 interrompeu a construção da nação, como disse Celso Furtado, confirmou velhas práticas e estruturas sancionadoras de privilégios e sonegadoras de direitos sociais básicos para amplas camadas da população. Segmentos significativos da universidade brasileira estiveram entre as forças que mais prontamente buscaram resistir ao golpe e seus desdobramentos, seja por meio do movimento estudantil, seja pela ação de professores, que continuaram a exercer um magistério crítico, apesar das restrições às liberdades, que vão se intensificando, culminando com a imposição do AI-5, em 1968, e do Decreto-Lei nº 477, de fevereiro de 1969, que foi o instrumento repressivo especificamente voltado para a vida universitária.

Consideráveis prejuízos trouxeram para o país o AI-5 e o Decreto 477, mas não impediram a mobilização e a resistência à ditadura. É dos anos 1970 a emergência dos movimentos sociais urbanos e rurais, que vão se agregar aos movimentos operário e sindical no novo quadro da luta social no Brasil, marcado pela afirmação de lutas e sujeitos heterogêneos e difusos, que, sem negar a centralidade da clivagem de classes, ampliaram o universo das lutas sociais para além das relações entre capital e trabalho assalariado, pela inclusão de reivindicações, sobretudo, ao poder público:

Dadas as necessidades provenientes do urbano, as classes populares procuram resistir às condições de vida a que estão submetidas e formulam inúmeras reivindicações: água, luz, habitação, saneamento, etc. Essas reivindicações abarcam formas organizatórias de diversos tipos: reuniões, conselhos, comitês, passeatas, manifestações; dentre as formas mais

violentas estão as invasões de terrenos, quebra-quebras (de transportes coletivos, de instalações etc.), linchamentos e assim por diante. A maioria das reivindicações são dirigidas ao Poder Público, visto como a única instância capaz de atendê-los. Em face da situação urbana que se vem agravando, o Estado procura elaborar políticas urbanas e equacionar os problemas urbanos por meio do planejamento urbano. (WANDERLEY, 1980, p. 116).

Note-se que, em 1980, ainda não se falava de “políticas públicas”, que é expressão que vai se generalizar depois do fim da ditadura, como expressão do avanço da luta democrática, que ampliará o elenco de sujeitos e direitos reconhecidos, que passaram a incluir os direitos ambientais; a ampliação da abrangência dos direitos humanos, pela explicitação dos direitos de crianças, adolescentes e idosos; pela universalização da atenção à saúde; pelas lutas contra as discriminações de gênero, étnico-raciais e homofóbicas.

É no contexto desse repertório ampliado e complexificado de sujeitos e direitos, que a extensão universitária será chamada a atuar, sem descurar as pautas tradicionais da extensão. Também amplificadas foram, nesse contexto, que é o da expansão e aprofundamento do grande capital no Brasil, as demandas pela extensão universitária como instrumento de transferência de tecnologia e prestação de serviços.

Sabe-se que, a partir de 1990, houve no Brasil considerável expansão do ensino privado, que é hoje majoritário, quando comparado com o ensino público, o que não tem impedido que sejam as instituições públicas de ensino as grandes produtoras de conhecimento e geradoras de tecnologia do país.

Com efeito, a extensão universitária no Brasil, considerada em conjunto e numa perspectiva cronológica, pode ser vista como tendo três grandes etapas: I) a anterior a 1964, cuja centralidade foi dada pela campanha pela Escola Pública e pela aproximação com o movimento das Reformas de Base, a partir de obra e de prática de Paulo Freire; II) a etapa que vai de 1964 a 1985, polarizada pela emergência e demandas dos movimentos sociais urbanos; III) a terceira etapa corresponde ao período pós-ditadura e se caracteriza pela emergência de três grandes novos elencos de demandas: 1) as decorrentes do avanço dos movimentos sociais urbanos e rurais; 2) as que expressam a emergência de novos sujeitos e direitos, que ampliaram o conceito de

cidadania; 3) as demandas do setor produtivo nos campos da tecnologia e da prestação de serviços.

Criado em 1987, o Fórum de Pró-Reitores da Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (Forproex) foi decisivo na construção da política de extensão que vigora hoje, seja no referente à conceptualização da extensão universitária, seja na construção de instrumentos de avaliação e acompanhamento de ações de extensão, seja na efetiva institucionalização da extensão como dimensão indescartável da atuação universitária; seja como principal interlocutor na definição das políticas públicas de fomento à extensão.

Os inegáveis avanços da extensão universitária no Brasil deveram-se, em muito, ao Forproex, em vários sentidos. Destaque-se, aqui, o seu papel na conceptualização da extensão universitária. É uma contribuição decisiva do Forproex à afirmação do caráter indeclinável da extensão universitária para a plena realização dos objetivos centrais da universidade. Insistir neste ponto não é, de maneira alguma, uma sorte de corporativismo, de defesa de interesses particularistas, senão que a explicitação de uma exigência sem a qual a universidade fica aquém de suas possibilidades e responsabilidades.

É tarefa da universidade para a sociedade, dialogar com ela, tentar responder às suas demandas e expectativas, reconhecer a sociedade, em sua diversidade, tanto como sujeito de direitos e deveres, quanto como portadora de valores e culturas tão legítimos quanto aqueles derivados do saber erudito. É tarefa da extensão construir a relação de compartilhamento entre o conhecimento científico e tecnológico produzido na universidade e os conhecimentos de que são titulares as comunidades tradicionais. É tarefa da extensão a promoção da interação dialógica, da abertura para alteridade, para a diversidade como condição para a autodeterminação, para a liberdade, para a emancipação.

O Forproex organizou a atuação da extensão universitária em oito áreas temáticas: saúde, educação, trabalho, meio ambiente, comunicação, direitos humanos e justiça, tecnologia de produção e cultura. Essas áreas podem ser agrupadas de vários modos. Um agrupamento possível é o que estabelece dois grupos, a saber: um grupo regido pelos temas atinentes aos chamados direitos de primeira e segunda geração, isto é, aqueles que a partir da Revolução Francesa estabeleceram direitos individuais, típicos do ideário liberal clássico

burguês, a saber: o direito à saúde, educação, trabalho e cultura. Um segundo grupo de temas é o representativo dos direitos emergentes contemporâneos como é o caso dos direitos humanos pensados a partir de uma cidadania ampliada: o direito ao meio ambiente saudável e sustentável; o direito à informação e à comunicação livres e qualificadas; o direito de apropriação e geração de novas tecnologias.

As temáticas escolhidas como capazes de abarcar o principal das ações de extensão, de fato, incidem em questões fundamentais do nosso tempo, convocando a reflexão e a intervenção sobre graves desafios e ameaças que pesam sobre o futuro das cidades, sobre o meio ambiente, sobre o mundo do trabalho, sobre a vida cultural transformada em espaço do puro domínio do mercado, do individualismo, do privatismo, da venalidade e da manipulabilidade gerais.

À extensão universitária cabe motivar a inteligência da universidade nessas oito áreas temáticas, articulá-las internamente, e mobilizá-las no sentido do enfrentamento das questões contemporâneas do ponto de vista da solidariedade e da sustentabilidade. Nesse esforço são sujeitos tanto os professores, técnicos e estudantes, quanto os destinatários das ações de extensão, que não se trata de impor, prescrever, ditar, senão que de compartilhar, dialogar, interagir, que são as referências dos princípios que regem a extensão universitária brasileira hoje: i) a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; ii) a interação dialógica com a sociedade; iii) a inter e a transdisciplinaridade como princípios organizadores das ações de extensão; iv) a busca do maior impacto e da maior eficácia social das ações; v) a afirmação dos compromissos éticos e sociais da universidade. Tendo o mais visível de sua ação voltada para a relação dialógica com a sociedade, a extensão universitária tem também uma importante função interna na universidade, que é o fato de abrigar órgãos e desenvolver atividades que permitem a decisiva interligação entre a cultura científica e a cultura das humanidades, que é o papel decisivo de museus, espaços expositivos, teatros, galerias, bibliotecas, arquivos, centros de documentação, que são veículos indispensáveis de mediação entre os produtores de conhecimentos e bens simbólicos e os destinatários dessas ações, sejam eles estudantes, sejam eles

os vários sujeitos externos à universidade, igualmente legítimos destinatários da ação universitária.

Trata-se, essencialmente, de ver a extensão universitária como uma cultura, como uma prática, como um compromisso, indispensáveis à plena realização da universidade como instrumento emancipatório.

Referências

BENEYTO PEREZ, Juan. *Historia de las Doctrinas Políticas*. Madrid: M. Aguilar Editor, 1948.

COLE, G. D. H. *Historia Del Pensamiento Socialista II. Marxismo y Anarquismo. 1850-1890*. 2. ed. México/Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica: 1958.

GIVERTZ, Harry K. Estado de bienestar. In: SILLS, David L. (Org.) *Enciclopedia Internacional de las Ciencias Sociales*. 2. ed. Madrid: Aguilar, 1969. v. 2.

FERNANDES, Florestan. *Educação e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Domínio Editora/EDUSP, 1966.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

FURTADO, Celso. *Brasil, a Construção Interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HOBBSBAWM, Eric J. *Tempos Interessantes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LAFAYE, Jacques. A literatura e a vida intelectual na América Espanhola Colonial. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina*. São Paulo: EDUSP, 1999. vol. 2.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *7 Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana*. 44. ed. Lima: Empresa Editora Amauta, 1981.

MARSHALL, T. H. *Política Social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MIRRA, Evando. *A Ciência que sonha e o verso que investiga*. São Paulo: Editora Papagaio, 2009.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. *Políticas da Extensão Universitária Brasileira*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

POERNER, Arthur José. *O Poder Jovem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

TOUCHARD, Jean. *Historia de las Ideas Políticas*. 5. ed. Madrid: Editorial Tecnos, 1972.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. Movimentos Sociais Populares: Aspectos Econômicos, Sociais e Políticos. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v.3, n. 25, 1980.